

O direito à educação infantil¹: demandas judiciais por uma oferta adequada²

The right to preschool in Education – Adequacy litigations

El derecho a la educación parvulária: exigencias legales para una oferta adecuada

Michael A. Rebell³
Molly Hunter⁴

Resumo⁵

Este artigo apresenta uma retrospectiva do contexto de decisões judiciais que lidam com a questão do acesso à Educação Infantil nos Estados Unidos, quando do ano de 2006, data da publicação original do texto. Para tanto, primeiramente se discute o contexto da grande quantidade de casos em diversos estados norte-americanos envolvendo demandas por maior equidade no financiamento da educação, bem como a crescente utilização de estudos de custo que visam determinar o real custo de uma educação adequada. Em seguida, volta-se para a inclusão da demanda por Educação Infantil nos pedidos dos ingressantes que reclamavam por oportunidade educacionais equitativas para crianças em situação de pobreza. Desse modo, a medida que cresce a preocupação relativa às necessidades dos estudantes na análise das cortes, diversos casos indicam à conclusão de que o acesso a programas de Educação Infantil para crianças de 3 e 4 anos em situação de pobreza é parte do direito constitucional a uma educação adequada, sendo considerada a intenção de que, algum dia, sejam superadas as diferenciações raciais e econômicas no interior do sistema educacional dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Judicialização da Educação; Estados Unidos da América; Equidade; Condições de Oferta.

1 Texto originalmente disponibilizado em outubro de 2006 pela National Education Access Network, vinculado ao Teachers College da Universidade de Columbia, sob o título “The right to preschool in Education – Adequacy litigations”. Original disponível em: <http://www.schoolfunding.info/resource_center/issuebriefs/preschool.pdf>. Acesso em 20.11.2015. Tradução de Marina Feldman e Adriana Dragone Silveira

2 Nota das tradutoras: O termo utilizado em inglês é adequacy, que poderia ser traduzido como qualidade, ainda que com certo grau de imprecisão. Considera-se que a ideia de adequação remete a uma noção de padrões mínimos de condições de oferta, reduzindo parcialmente a polissemia que carrega o termo qualidade.

3 Michael A. Rebell é professor de Direito e Prática Educacional, atuando tanto na Law School quanto no Teachers College da Universidade de Columbia, sendo que neste último é responsável pela direção da Campaign for Fiscal Equity. Sua pesquisa abrange questões relativas à equidade no acesso à educação, o papel das cortes e a reforma social, sendo que seu trabalho mais recente aborda a ideia de um direito à oportunidade educacional compreensivo para crianças em situação de pobreza, estando disponível em: <<http://harvardcrcl.org/wp-content/uploads/2012/03/Rebell.pdf>>. E-mail: mrebel@law.columbia.edu

4 Molly Hunter é advogada das áreas educacional e trabalhista, tendo sido responsável pela defesa de litigantes em diversas ações relacionadas à qualidade educacional no estado de Nova Iorque. Também dirige o National Education Access Network e, é responsável pelo programa Education Justice, que oferece assistência técnica a um grupo de defensores dos direitos educacionais em diversos estados norte-americanos, estando vinculado ao Education Law Center. E-mail: mhunter@edlawcenter.org

5 O texto original não apresentava resumo em sua publicação. O presente resumo, bem como sua tradução, foi produzido pelas tradutoras, com anuência dos autores.

Abstract

This article presents a retrospective account of judicial decisions in the United States that deal with access to preschool education, as of the year 2006, the date of the original publication of the text. The article first discusses the context of the large number of cases involving claims for greater equity in educational finance across the American states as well as the rise of costing out studies that seek to determine the actual cost of an adequate education. Then it turns to plaintiffs inclusion of preschool education as part of their claims for equal educational opportunities for children living in poverty. In this way, as the judicial analysis of student needs in these cases expands, some of the courts have determined that access to preschool programs for 3 and 4-year-old children from poverty backgrounds should be part of the constitutional right to an adequate education, if the U.S. is ever to close the racial and economic achievement gaps.

Keywords: Early Childhood Education; Education Litigation; United States of America; Equity; Adequacy.

Resumen

En este artículo se presenta una visión general del contexto de las decisiones judiciales que se ocupan de la cuestión del acceso a la educación de la primera infancia en los Estados Unidos, cuando el año 2006, fecha de la publicación original del texto. Por lo tanto, primeramente se discute el contexto de la gran cantidad de casos en varios estados de Estados Unidos que implican demandas de una mayor equidad en la financiación de la educación, y el uso creciente de los estudios de costos destinados a determinar el costo real de una educación adecuada. Después, el artículo mira a la inclusión de la demanda de Educación Infantil con el fin de que exigían igualdad de oportunidades educativas para los niños en situación de pobreza. Por lo tanto, como la creciente preocupación por las necesidades de los estudiantes en el análisis de los tribunales, muchos casos indican la conclusión de que el acceso a los programas de educación inicial para niños de 3 y 4 años en la pobreza es parte del derecho constitucional a la educación adecuada, considerada la intención de que algún día se superen las diferencias raciales y económicas dentro del sistema educativo de Estados Unidos.

Palabras-clave: Educación Infantil; Judicialización de la Educación; Estados Unidos de América; Equidad; Condiciones de la oferta

Este breve artigo resume o desenvolvimento do direito das crianças a serviços educacionais pré-escolares⁶ nos Estados Unidos⁷, como refletido nas decisões judiciais de diferentes cortes de estados nos casos de demandas por uma oferta adequada. Até recentemente o direito à pré-escola não era geralmente incluído, seja nas demandas que os advogados dos litigantes apresentavam às cortes ou nas decisões tomadas pelas cortes nos casos de demandas por oferta adequada. Nos últimos anos, porém, as cortes começaram a declarar a pré-escola como um elemento necessário para um nível de oportunidade educacional, garantido constitucionalmente, para as crianças de baixa renda. Potencialmente agregando a esse cenário, em um número crescente de estados, ingressantes preparam casos que serão julgados, planejando apresentar evidências da necessidade e dos benefícios de programas de pré-escola de alta qualidade. Cabe considerar também que, tendo os defensores da pré-escola construído apoio entre um amplo eleitorado, o contexto para tais argumentos legais se tornou mais propício.

Contexto histórico

As demandas judiciais por uma educação adequada – “Adequacy Cases”

Foram ingressadas ações judiciais relativas ao financiamento da educação em 45 estados ao longo dos últimos 37 anos, quase sempre em favor de crianças de baixa renda ou pertencentes a grupos minoritários, matriculadas em escolas urbanas ou rurais com baixos níveis de financiamento. Desde 1989, a maioria dos ingressantes demandou um financiamento adequado tendo como base os artigos das constituições estaduais que positivam o direito à educação em todos os 50 estados. Os ingressantes obtiveram vitórias judiciais em quase 75% dessas demandas por uma educação adequada, ganhando 20 de 27 decisões (HUNTER, 2007; 2007a).

Inicialmente os demandantes desse tipo de caso focavam sua atenção na pré-escola ou nos níveis fundamental e médio e não incluíam a Educação Infantil nas suas demandas por soluções corretivas. Isso porque a maioria das constituições estaduais delega às legislaturas estaduais o poder de determinar em que idade se inicia a obrigatoriedade de matrícula e, historicamente, a maioria dos estados estabelecem a idade de 5 ou 6 anos como o padrão no qual as crianças estão preparadas para a escola⁸. Ainda assim, o foco dos ingressantes na educação de crianças de baixa renda os levou a investigar sobre programas e serviços que vão de encontro às necessidades desses estudantes. A partir do momento em que pesquisadores já haviam documentado o desenvolvimento infantil e acumulado um corpo de evidências demonstrando os efeitos positivos da Educação Infantil de qualidade, os litigantes começaram a demandar por esta etapa e incluí-la no conteúdo de seus

6 Nota das tradutoras: No texto original não há uma clara delimitação e diferenciação entre serviços pré-escolares e educação pré-escolar, denotando uma concepção que não necessariamente considera, como no caso da política de Educação Infantil brasileira, a indissociabilidade do cuidar e do educar. Cabe também indicar que a referência ao serviço e/ou à educação pré-escolar em geral remete aos anos que precedem o kindergarden, entendido como similar a pré-escola e obrigatório em diversos estados. Desse modo, ao longo do texto, a tradução pré-escola foi feita a partir do termo kindergarden. Quando o autor se refere às demandas por preschool, aqui traduzido como Educação Infantil, está falando da oferta educacional para crianças de 3 e 4 anos, no que equivaleria à nossa creche e/ou primeiro ano da pré-escola.

7 Nota das tradutoras: A referência aos Estados Unidos não se encontra no original, tendo sido acrescida para aumentar a clareza do texto na presente publicação.

8 A maioria das constituições não menciona a idade das crianças, mas a Constituição de Winsconsin especifica entre 4 e 20 anos de idade, as de Nebraska e Nova Jersey entre 5 e 21 anos de idade e a de Arkansas entre 6 e 21 anos de idade. Wis. Const. art. X, § 3; Neb. Const. art. VII, § 1; N.J. Const. art. VIII, § 4; Ark. Const. art. XIV, § 1. Como resultado de um referendo constitucional realizado em 2002, a Constituição da Flórida agora inclui o direito a “oportunidade de aprendizado em Educação Infantil de alta qualidade” para todas as crianças de 4 anos de idade. O artigo IX, § 1(b) da Constituição da Flórida prevê:

Toda criança de quatro anos de idade na Flórida deverá ser provida pelo Estado com oportunidade pré-escolar de aprendizado de alta qualidade na forma de programa de educação e desenvolvimento infantil que deverá ser voluntário, de alta qualidade, gratuito e provido segundo padrões de aceitabilidade profissionais. Um programa de desenvolvimento e educação infantil significa um programa organizado, desenhado com vistas a potencializar a habilidade de cada criança de realizar progresso apropriado em um determinado conjunto de configurações no desenvolvimento da linguagem e das capacidades cognitivas, emocionais, sociais, regulatórias e morais através da educação através de competências básicas e outras competências que a Legislatura vier a considerar apropriada.

testemunhos nos processos. Com uma frequência crescente, os advogados dos ingressantes começaram a demandar que as cortes ordenassem aos estados a criação e financiamento de programas de Educação Infantil de alta qualidade para crianças em situação de vulnerabilidade⁹.

Os primeiros a efetivarem tal demanda foram os litigantes de *Abbot v. Burke*, em Nova Jersey. A suprema corte do estado “identificou a Educação Infantil como um programa educacional fundamental para crianças dos distritos urbanos mais pobres” e concluiu que “o enriquecimento de programas de creche intensiva e pré-escola integral é necessário para reverter a desvantagem educacional com que essas crianças começam sua trajetória”¹⁰. Concluindo que a legislatura havia provido de modo inadequado os serviços pré-escolares, a corte de Nova Jersey ordenou o comissário de educação do estado a requerer aos 30 distritos urbanos de *Abbot* a provisão de Educação Infantil em tempo parcial às crianças de três e quatro anos e ordenou ao estado a provisão de financiamento adequado para tal programa¹¹. Mais além, a corte buscou garantir a alta qualidade da oferta pela requisição de 15 crianças por turma, um professor certificado em cada sala de aula, instalações suficientes, suprimentos, equipamentos e transporte, bem como proximidade à comunidade com vistas a ampliar a matrícula¹².

Defesa baseada em pesquisa e estudos de custo

Em paralelo a isso, os defensores da educação fizeram lobby junto à maioria dos governos dos estados visando garantir amplo acesso à Educação Infantil de alta qualidade. Conquistaram apoio dos formuladores de políticas em diversos estados¹³ argumentando que a etapa é tanto essencial para as crianças e seus pais quanto efetiva em termos de custos para aumentar o desempenho e diminuir disparidades de desempenho¹⁴.

Ao mesmo tempo empresários, que começaram a ver programas de Educação Infantil como um sábio investimento para o futuro da nação, vêm dando apoio a essa iniciativa. O *Federal Reserve Bank of Minneapolis*, por exemplo, propôs que o estado de Minnesota criasse uma fundação de Educação Infantil para financiar a creche para todas as crianças de três e quatro anos. A análise do banco concluiu que investir em Educação Infantil de qualidade geraria um retorno anual de 12% depois de corrigida a inflação¹⁵. Enfatizando o fato de que já se sabe como estruturar programas de Educação Infantil de sucesso, o Comitê de Desenvolvimento Econômico (*Committee for Economic Development*) e o *Business Roundtable*¹⁶ publicaram documentos com seus posicionamentos, defendendo forte comprometimento estadual e federal de intervir em relação

9 Nota das tradutoras: Tradução de “at-risk” children, que, considera-se, não diz respeito a exatamente a mesma coisa que criança em situação de risco, que tende a associar-se a situações mais extremas. No uso dado pelo autor parece vincular-se a ideia de crianças em situação de pobreza e que, estatisticamente, estariam em risco de incorrer em fracasso escolar futuramente.

10 *Abbott v. Burke*, 693 A.2d 417, 436 (N.J. 1997) (citando a Associação Nacional dos Governadores, “Objetivos da Educação Nacional” (1990), e Corporação Carnegie de Nova Iorque, “Anos de promessas: A uma estratégia de aprendizado abrangente para as crianças da América” (Set. 1996)). Ainda que a corte tenha indicado que a provisão de Educação Infantil tem um “forte alicerce constitucional”, por se apoiar em um enquadramento jurídico que enfatiza tal etapa, não apontou necessidade de “alcançar o nível constitucional”. *Abbott v. Burke*, 710 A.2d 450, 464 (N.J. 1998).

11 *Abbott v. Burke*, 710 A.2d at 463-64, 508. Para um maior detalhamento da questão da Educação Infantil em *Abbott v. Burke*, veja o sítio eletrônico “Starting at 3”. Disponível em: <<http://www.startingat3.org>>.

12 *Abbott v. Burke*, 748 A.2d 82, 89-95 (N.J. 2000).

13 Ver, a título de exemplo, Early Education for All em <http://www.strategiesforchildren.org/eea/eea_home.htm> e Preschool California em <<http://www.preschoolcalifornia.org>>.

14 Nota das tradutoras: Traduzido do termo achievement gap, que remete à lacuna existente entre os desempenhos mais altos e mais baixos no sistema escolar.

15 Rob Grunewald e Arthur Rolnick, Federal Reserve Bank of Minneapolis, “Uma proposta para alcançar altos retornos a partir do desenvolvimento infantil” (Maio de 2005); “Federal Reserve Bank of Minneapolis propõe investimento de \$1.5 bilhões em programas de desenvolvimento infantil” (Março de 2003), disponível em: <<http://www.schoolfunding.info/states/mn/3-25-03earlyedu.php3>>.

16 Associação dos empresários das maiores empresas americanas, que busca representatividade na formulação de políticas públicas e definições de política econômica. Ver: <<http://businessroundtable.org>>.

à Educação Infantil de alta qualidade, por ser esta importante para ampliar o aprendizado das crianças e fortalecer a mão de obra¹⁷.

Tais pesquisas, bem como os esforços de articulação em defesa da Educação Infantil, ampliaram a atenção dada aos benefícios da Educação Infantil, influenciando também o financiamento da educação e a recente onda de estudos de custo (“*costing-out studies*”). O uso desses estudos, que são desenhados com vistas a determinar os reais custos de uma educação constitucionalmente adequada, cresceu consideravelmente na última década. Tais estudos já foram, até o momento, realizados em mais de 30 estados, por vezes como resultado de uma ordem judicial explícita¹⁸. Em uma parcela dos estudos, painéis de “juízo profissional” reunidos para delinear programas e serviços essenciais, definiram a Educação Infantil de alta qualidade como sendo essencial para estudantes provenientes de contextos de risco. Tendo isso em vista, os economistas, que identificaram e atribuíram preços aos itens essenciais, incluíram a Educação Infantil nos relatórios e recomendações de seus estudos.

O estudo de adequação de Nova Iorque, conduzido pelo Instituto Americano para Pesquisa, Análise de Gestão e Planejamento em 2003-04, por exemplo, incluiu em suas recomendações finais os custos de Educação Infantil em período integral para as crianças de quatro anos de idade em situação de risco e serviços de período parcial para as crianças de três anos na mesma situação. Outro estudo de custos de Nova Iorque, conduzido por *Standard & Poor's*, usou a metodologia de cálculos de custos do “distrito escolar de sucesso”; o relatório recomendou “investimentos focais em programas de creche” (STANDARD & POOR'S, 2004), baseado na pesquisa do Centro para Crianças e Famílias do *Teachers College*¹⁹. Em Arkansas, um estudo de custo baseado no “juízo de experts” indicou a necessidade de Educação Infantil financiada publicamente para todas as crianças de três e quatro anos em contextos de pobreza. Significativamente, a legislatura financiou a Educação Infantil no estado, mesmo tendo a suprema corte estadual revertido a parte da decisão referente à Educação Infantil, tendo por base a previsão constitucional da faixa etária de oferta da educação entre seis e 21 anos. Especialistas indicados pela corte recomendaram à legislatura investir 40% do total recomendado no primeiro ano, de acordo com o plano de implementação do estado²⁰.

Tendências recentes nas decisões judiciais

Desde a emblemática decisão em Nova Jersey, litigantes em casos relativos ao financiamento da educação em outros 10 estados articularam demandas por Educação Infantil de qualidade para estudantes em situação de vulnerabilidade²¹. A demanda ingressada na Geórgia em 2004, por exemplo, indica que os “distritos [escolares]

17 Ellen Galinsky, Instituto Families and Work, para o Comitê de Desenvolvimento Econômico, “Os Benefícios Econômicos de Programas de Educação Infantil de Alta Qualidade: O que faz a diferença?” (Fevereiro de 2006); Business Roundtable, “Educação Infantil: Um convite à ação da comunidade empresarial” (Maio de 2003), Disponível em: <www.businessroundtable.org/taskForces/taskforce/issue.aspx?qs=6525BF159F849514481138A6DBE7A7A19BB6487BF6B3A>.

18 Ver, a título de exemplo, “Costing-Out: Overview”, disponível em: <<http://www.schoolfunding.info/policy/CostingOut/overview.php3>> e “A Costing Out Primer” disponível em: <http://www.schoolfunding.info/resource_center/costingoutprimer.php3>, publicações de School Funding que descrevem brevemente as metodologias utilizadas.

19 Nota das tradutoras: Teacher College se refere ao departamento de formação docente da universidade de Columbia que, além de realizar formação de docentes no sentido estrito, possui programas de pós-graduação e desenvolve pesquisas na área de Educação.

20 Lawrence O. Picus and Associates, “Uma aproximação à adequação do financiamento da educação em Arkansas baseada em evidências” (setembro de 2002); Lake View v. Huckabee, “Special Masters’ Report to the Supreme Court of Arkansas” (abril de 2004), 10-11.

21 Arkansas, no caso Lake View School District v. Huckabee, 91 S.W.3d 472 (Ark. 2002); Carolina do Norte, no caso Hoke County Board of Education v. State, 599 S.E.2d 365 (N.C. 2004); Massachusetts, no caso Hancock v. Commissioner of Education, 2004 Mass. Super. LEXIS 118 (Superior Court, 26 de abril de 2004), revisado em outras circunstâncias, 822 N.E.2d 1134 (Mass. 2005); Carolina do Sul, no caso Abbeville County School District v. State, No. 31-0169 (S.C. Ct. Comm. Pl. 29 de dezembro de 2005); Colorado, no caso Lobato v. State, Plaintiff Complaint (2005); Connecticut, no caso Connecticut Coalition for Justice in Education Funding v. Rell, Plaintiff Complaint (2005); Georgia, no caso Consortium for Adequate School Funding v. State, Plaintiff Complaint (2004); Kentucky, no caso Council for Better Education v. Williams, Plaintiff Amended Complaint (2004); Nebraska, nos casos Douglas County School District v. Johanns, Second Amended Complaint (2004) e Nebraska Coalition for Educational Equity and Adequacy v. Heineman, Amended Complaint (2004); e Wyoming, no caso Campbell County School District v. State, No. 129-59 (Wyo. First Jud. Dist. 31 de janeiro de 2006). Para maiores informações envolvendo ações judiciais sobre financiamento da Educação Infantil, ver Startingat 3, disponível em: <<http://www.startingat3.org/>>.

têm listas de espera substanciais para a creche”, fazendo com que “muito estudantes entrem [na escola] com uma desvantagem significativa, sendo incapazes de se beneficiar da oportunidade de obter uma educação adequada”²². Em Wyoming, ingressantes estão solicitando às cortes que ordenem ao estado que inicie o seu primeiro programa de Educação Infantil financiado com verbas públicas, enquanto em Connecticut e outros estados com programas estabelecidos, os litigantes estão lutando para estender o acesso à etapa a todas as crianças de baixa renda, considerando que muitas delas ainda não têm acesso à Educação Infantil (BARRON, 2005)²³.

Carolina do Norte

Em outubro do ano 2000, o juiz do tribunal de primeira instância, Howard Manning, decidiu, no caso referente ao financiamento das escolas na Carolina do Norte, que muitas das crianças desprivilegiadas estavam mal preparadas para a escola devido à ausência de oportunidades de Educação Infantil para além do ano que precede o ingresso na educação primária e ordenou o estado a prover programas de Educação Infantil para todas as crianças de quatro anos de idade “em situação de vulnerabilidade”²⁴. Ainda que os ingressantes não tenham incluído a Educação Infantil em suas demandas originais, agregaram-na pela insistência do juiz, que apontou para o fato de que quase todos os réus criminais com que ele lidava em seu tribunal não tinham diplomas do Ensino Médio e que intervenção precoce era necessária. Pouco tempo após esta decisão, o legislativo estadual e o governador iniciaram o programa de Educação Infantil chamado *More at Four*²⁵, voltado para crianças de baixa renda. O *More at Four* teve seus primeiros efeitos no ano escolar de 2001-02.

Quando o caso chegou à Suprema Corte da Carolina do Norte, em 2005, a corte concordou com as colocações do juiz Manning, de que o estado era, em última análise, o responsável por “atender as necessidades dos estudantes ‘em situação de vulnerabilidade’ visando com que tais estudantes possam se beneficiar do direito à oportunidade de obter uma educação de bases sólidas”²⁶²⁷, e que o estado deveria prover serviços a estas crianças “anteriormente ao ingresso nas escolas públicas”²⁸. Contudo, a corte sustentou que a ordem do tribunal de primeira instância, exigindo turmas de Educação Infantil para todas as crianças “em situação de vulnerabilidade” que poderiam ser potenciais demandantes, não era sustentada por registro suficiente. “Na conjuntura” do caso em questão, a corte concluiu que tal remédio judicial “estrito” era “premature” e preferiu deixar espaço para que a expertise dos poderes Legislativo e Executivo em termos de políticas educacionais, que determinasse quais tipos de serviços deveriam ser providos para preparar as crianças em situação de vulnerabilidade para a escola²⁹.

Dado esse posicionamento da corte, não é valorizado o fato de que o estado da Carolina do Norte tenha aumentado o financiamento para programas de Educação Infantil nos últimos anos, apesar de défices na arrecadação em tempos econômicos difíceis. O estado expandiu o programa *More at Four* de um atendimento para pouco mais de mil crianças no primeiro ano para mais de dezesseis mil no ano escolar de 2005-6. Além

22 Consortium for Adequate School Funding v. State, Plaintiff Complaint 83 (Set. 14, 2004).

23 Connecticut Coalition for Justice in Education Funding v. Rell, Plaintiff Complaint (20 de dezembro de 2005), p. 19-24

24 Hoke County Bd. of Educ. v. State, 95 CVS 1158 (Superior Court, Outubro de 2000), p. 36 e 43-45.

25 Nota das tradutoras: Literalmente “mais aos quatro”, que remete à ampliação de matrículas nesta faixa etária.

26 Nota das tradutoras: “Uma educação de bases sólidas” foi a tradução mais próxima encontrada para o termo “soundbasiceducation”, que aparece de modo recorrente em outro artigo de Rebell (2002), por ser a provisão existente em diversas constituições estaduais, relativa à qualidade da educação.

27 Hoke County Bd. of Educ. v. State, 599 S.E. 2d 365, p. 392 (N.C. 2004).

28 Idem, p. 393.

29 Idem, p. 393-94.

disso, não há indicação de que a decisão da Suprema Corte tenha levado a legislatura a considerar alternativas à Educação Infantil para crianças de baixa renda (CAROLINA DO NORTE, 2006)³⁰.

Carolina do Sul

O juiz de primeira instância da Carolina do Sul, Thomas W. Cooper Jr., em uma decisão tomada no final de dezembro de 2005, sustentou que a pobreza é causa direta de baixo rendimento escolar e que a constituição estadual impõe uma obrigação sobre o estado de “criar um sistema educacional que supere [...] os efeitos da pobreza”. Visto que os réus, representando o estado, não haviam provido programas de intervenção na primeira infância, eles “havia falhado em sua responsabilidade constitucional de prover uma oportunidade” para uma educação “minimamente adequada”³¹.

A corte descreveu um “ciclo destrutivo e debilitante” de pobreza e baixo rendimento escolar para crianças de baixa renda “até que alguma força ou agência externa interrompa a sequência”. Baseado no testemunho de especialistas, tanto de testemunhas de defesa como de acusação, a corte concluiu que “é essencial ocupar-se dos impactos da pobreza, o mais precocemente possível, nas vidas das crianças afetadas por ela”. Portanto, ordenou a corte, “intervenção na primeira infância no nível da creche e continuamente até, pelo menos, a terceira série”, visando minimizar “o impacto e efeito da pobreza nas habilidades e no desempenho educacionais” de crianças vindas de contextos de pobreza³².

Massachusetts

A recente tendência de reconhecimento e aceitação pelas cortes da necessidade de Educação Infantil não é, porém, universal. Uma corte de primeira instância em Massachusetts concluiu que “anos de pesquisa e estudos nacionais mostram que, sem sombra de dúvida”, programas de Educação Infantil de alta qualidade oferecem a melhor e “única chance real” para crianças de três e quatro anos em situação de vulnerabilidade atingirem sucesso escolar. Ainda que os distritos ingressantes ofertassem Educação Infantil de alta qualidade, a corte observou, havia uma falta de recursos que implicava em que as escolas pudessem ofertar o serviço a apenas uma fração das crianças que deveriam ter acesso a ele (HUNTER, 2004)³³.

Apesar disso, a Suprema Corte Judicial foi incapaz de aceitar a recomendação da corte de primeira instância em diversas áreas, inclusive a da Educação Infantil, e afirmou que ofertar ou não Educação Infantil para crianças em situação de vulnerabilidade “é uma decisão de políticas públicas a ser tomada pelo poder legislativo”³⁴. Durante recente crise econômica, legislatura do estado e o governador cortaram o financiamento das escolas públicas de modo geral e, em específico, os subsídios para a Educação Infantil. O subsídio para a creche e outros programas de Educação Infantil caiu “de um pico \$114.5 milhões no ano fiscal de 2001 para \$103.4 milhões no ano fiscal de 2002, \$94.6 milhões no ano fiscal de 2003 e, finalmente, uma queda para \$74.6 milhões no ano fiscal de 2004”³⁵.

30 Ironicamente, o relatório indica que “More at Four é o programa de Educação Infantil publicamente financiado para preparar crianças de quatro anos, em situação de vulnerabilidade, para o sucesso escolar. A Educação Infantil é uma estratégia efetiva de preparação para a escola, conforme comprovam pesquisas. Sem essa oportunidade, as crianças pequenas entrariam na pré-escola atrasadas em relação aos seus coetâneos” (CAROLINA DO NORTE, 2006).

31 Abbeville County Sch. Dist. v. State, No. 31-0169 (S.C. Ct. Comm. Pl. dez.29, 2005), p. 157.

32 Id. p. 155, 158, 160. O Juiz Cooper também observou que “Tal intervenção precoce não apenas faz sentido em termos educacionais e humanitários, mas também em termos econômicos. O testemunho nessa matéria de especialistas, educadores e legisladores converge em dizer que dólares gastos em intervenção na primeira infância são os mais efetivos gastos no processo educacional” Id, p. 161.

33 Hancock v. Commissioner of Education, 2004 Mass. Super. LEXIS 118 (Mass. Superior Court, 2004) p. 9; see also Molly A. Hunter, “Plaintiff Victory in Massachusetts: Court Addresses Cost Studies, Preschool and Accountability” (April 28, 2004).

34 Hancock v. Commissioner of Education, 822 N.E.2d 1134, 1156 (Mass.2005).

35 Hancock v. Commissioner of Education, 2004 Mass. Super. LEXIS 118 at 295.

Conclusão

Decisões judiciais recentes indicam uma clara, porém não universal, tendência a incluir o acesso à serviços de Educação Infantil de alta qualidade como parte dos remédios judiciais, bem como direito constitucional essencial em demandas judiciais por uma educação adequada. Cortes, como as da Carolina do Norte e do Sul, que acreditam que lidar com os efeitos da pobreza é parte da obrigação constitucional de ofertar oportunidades a uma educação adequada, tendem a perceber a Educação Infantil como uma das principais medidas para satisfazer tal obrigação. A medida que os casos que demandam por uma educação adequada, em processo em diversos estados, avançam em julgamentos e recursos, novos desenvolvimentos no direito à Educação Infantil devem ser acompanhados.

Referências

BARRON, J. *Preschool education becomes issue*. *Casper Star-Tribune*, 11 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.schoolfunding.info/resource_center/archive/09-11-05casper_st_preschool.html>. Acesso em: 26.02.2016.

CAROLINA DO NORTE. Gabinete do Governador. *More at Four Pre-Kindergarten Program progress report to the North Carolina General Assembly*. Submetido por Departamento de prepare escolar/Programa de Educação Infantil *More at Four*, Departamento de Saúde e Serviços Humanos, Departamento de Instrução Pública e Força Tarefa do Programa de Educação Infantil *More at Four*, 1º de Fevereiro de 2006.

HUNTER, M.A. Plaintiff Victory in Massachusetts: Court Addresses Cost Studies, Preschool and Accountability. *SchoolFunding*, 28 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.schoolfunding.info/states/ma/4-28-04Victory.php3>>. Acesso em 26.02.2016.

_____. Litigations Challenging Constitutionality of K-12 Funding in the 50 States. *National Access Network*, 2007. Disponível em: <<http://www.schoolfunding.info/litigation/In-Process%20Litigations.pdf>>. Acesso em: 26.02.2016.

_____. School Funding ‘Adequacy’ Decisions Since 1989. *National Access Network*, 2007. Disponível em: <<http://www.schoolfunding.info/litigation/adequacydecisions.pdf>>. Acesso em: 26.02.2016.

REBELL, M. A. Education, Adequacy, Democracy, and the Courts. In: READY, T; EDLEY, C. Jr.; SNOW, C. (org.). *Achieving High Educational Standards for All: Conference Summary*. National Research Council: 2002. Disponível em: <<http://www.nap.edu/read/10256/chapter/13#225>>. Acesso em: 26.06.2016.

STANDART & POOR’S. Resource adequacy study for the New York state Commission on Education Reform. *Serviços de Avaliação Escolar Standard & Poor’s*. Nova Iorque, março de 2004.